

# Depois de 15 anos, PPCUB é aprovado

Com vitória dos governistas na Câmara Legislativa, projeto agora vai para sanção do governador Ibaneis Rocha, que comemorou. "Finalmente teremos uma única legislação sobre preservação, uso e ocupação do solo", disse

► MILA FERREIRA  
► PABLO GIOVANNI

Os deputados da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) aprovaram, na noite de ontem, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 41/2024, que trata do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). O texto polêmico, que traz modificações significativas para a capital federal, foi aprovado após um exaustivo debate entre os distritais da base e da oposição do governo devido às emendas parlamentares.

O projeto, enviado pelo Executivo local em março deste ano, levou 15 anos de elaboração por parte do governo e de entidades civis. Nas redes sociais, o governador Ibaneis Rocha (MDB) destacou a importância da aprovação para o desenvolvimento da capital. "Nosso governo é marcado por grandes feitos, e hoje é mais um dia histórico para o Distrito Federal. Após 15 anos de debates e discussões, finalmente teremos uma única legislação sobre preservação, uso e ocupação do solo. Com ela, teremos diretrizes para o desenvolvimento sustentável e a modernização da nossa área tombada", escreveu.

Ibaneis enfatizou que essa legislação é um marco de modernização para o DF, sendo um projeto maduro, elaborado com a participação de todos, e que visa a melhoria da qualidade de vida da população. "Vamos continuar trabalhando juntos para construir um DF cada vez melhor", concluiu o governador.

O secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF, Marcelo Vaz, acompanhou a votação na CLDF e celebrou a aprovação do projeto em segundo turno. Para ele, apesar das divergências com a oposição, foi aprovado o melhor projeto possível. "Sentimento de missão cumprida. Tínhamos a necessidade de um plano de preservação que, de fato, cuidasse da cidade como ela merece e define parâmetros. Temos um momento histórico, uma conquista da sociedade. Por mais que tenhamos alguns debates com os deputados, sabemos que são debates saudáveis", salientou.

Vaz reforçou que o tombamento de Brasília será preservado. "Estamos trabalhando intensamente para que tenhamos normas claras e precisas, para que as pessoas saibam o que pode ser feito, sempre preservando a morfologia que fez de Brasília o que ela é hoje", garantiu.

## Discussão

Antes de o projeto ser deliberado no plenário da Casa, os distritais e secretários da Seduh firmaram, na reunião do Colégio de Leitores na segunda-feira, um acordo para a aprovação e rejeição de algumas das 174 emendas. A reportagem, distritais do governo salientaram à época que o PPCUB estava robusto, mas ainda apresentava algumas lacunas.

Segundo deputados da oposição, o acordo começou a ruir quando o relatório da Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), na manhã de ontem, rejeitou algumas emendas que deveriam ser

Minerato Junior/Cl/DA Press



Votação do PPCUB na Câmara Legislativa: projeto promove mudanças significativas na área tombada da capital do país

## Questão polêmica

### Contrário Preservação urgente

(...) Em suas diversas versões, o PPCUB tem sido mais um reflexo distorcido do que um verdadeiro Plano de Preservação, revelando-se essencialmente como um Plano Diretor disfarçado, sem os instrumentos de preservação adequados para um patrimônio protegido em nível distrital, federal e mundial. Esse projeto não atende adequadamente às necessidades cruciais e urgentes de preservação e gestão compartilhada deste sítio tão representativo e relevante para o povo brasileiro.

Além da falta de instrumentos objetivos para potencializar a preservação patrimonial, destacamos a significativa ausência de participação social efetiva na elaboração desta versão do PPCUB e algumas de suas emendas, que preconizam enormes transformações e ameaçam o Conjunto Tombado.

A ausência de previsão para a

criação de um Comitê Gestor do Conjunto Urbanístico de Brasília, garantindo a participação deliberativa e consultiva da sociedade e dos governos, conforme orientações internacionais e nacionais para a gestão de patrimônios culturais, aliada à centralização das decisões no Governo do Distrito Federal, sem a devida participação de outras instâncias da gestão pública, poderes e agentes da sociedade, diminui as possibilidades de processos democráticos na gestão deste patrimônio.

O PPCUB deve ser um instrumento eficiente para a preservação do patrimônio cultural de Brasília, com ferramentas específicas para conservação e preservação do bem, que não podem estar em segundo plano ou serem inexistentes em meio a diversas regulamentações genéricas de uso do solo. O PPCUB deve orientar as transformações no bem, respeitando os valores e atributos que fazem o Conjunto Urbanístico de Brasília ser tão importante para a humanidade.

Nota do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-DF)

### A favor Segurança jurídica

É uma lei que vem sendo discutida há cerca de 15 anos, de forma muito intensa e profunda sobre diversos aspectos. Consideramos que a não aprovação coloca em risco o tombamento de Brasília. A lei traz, basicamente, três aspectos: segurança jurídica, dinamização da cidade e preservação.

No que diz respeito à segurança jurídica, a legislação do Plano Piloto é muito confusa e contraditória. Tem normas escritas à mão, algumas ilegíveis. O PPCUB traz isso para uma lei organizada, clara e bem definida; traz segurança jurídica para toda a legislação urbanística da nossa cidade.

Sobre a dinamização da cidade, é preciso entender que as cidades são seres

vivos, as pessoas que moram aqui evoluem, mudam, as cidades mudam, de tamanho e se a legislação não acompanha, acontece o crescimento desordenado e ilegal. Portanto, é importante ter um plano que ordene a forma que a cidade pode ou não se desenvolver. A flexibilização de usos inclui práticas já consolidadas, traz isso para a legalidade e estimula que sejam feitas dentro de um padrão de desenvolvimento.

Quanto à lei de preservação, o próprio nome dela a define. Nosso tombamento é por escadas, não passa por prédios e edifícios, mas pelo próprio urbanismo, onde pode ter prédio mais alto, mais baixo, sobre como funciona uma cidade parques. Essa lei estabelece de forma muito clara e com rigor, como pode ocorrer o desenvolvimento de cada uma dessas escalas.

Adalberto Valadão Jr.  
presidente do Sinduscon

## O que é?

► O PPCUB congrega três aspectos: plano de preservação; legislação de uso e ocupação do solo; e Plano de Desenvolvimento Local (PDL), esse último reunindo o plano de projetos, de ações e de obras.

► A área de tombamento abrange aproximadamente 120km<sup>2</sup> e inclui o Eixo Monumental; as superquadras; os setores centrais; a orla e o espelho d'água do Lago Paranoá; os Setores de Embaixadas; os grandes parques, incluindo as áreas de transição urbana; a W3 Norte e Sul; Setores Residenciais Complementares; Vilas Residenciais; Setores Complementares das áreas Oeste e Leste; e Setores de Serviços Complementares. Em resumo, o CUB vai desde a Candangolândia até o Lago Norte, incluindo a orla e o espelho d'água do Paranoá.

► A região é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), modificativa. Na votação na CCI, o parlamentar optou por se abster de sua própria proposta, enquanto a base governista foi contrária e a oposição, favorável. Sob protestos e acusações de "conchavão" e "tratado", pessoas na galeria da Casa repudiaram o projeto.

O projeto foi aprovado na CCI e encaminhado para votação em primeiro e segundo turno, recebeu 18 votos favoráveis e 6 contrários. A oposição solicitou que a redação final do texto fosse adiada, argumentando que os distritais desconheciam a versão final do PPCUB. O pedido foi negado, e a medida seguirá para sanção do governador Ibaneis.

Fonte: CLDF

aprovadas — especialmente as da oposição — enquanto outras foram incorporadas ao texto. O relatório da CAF acabou aprovado por 4 votos a favor e 1 contrário.

No plenário, o presidente Wellington Luiz (MDB) utilizou um artigo do Regimento Interno para revogar o comunicado de líderes e dar início à votação do PLC 41/2024, gerando incômodo entre os deputados contrários ao projeto, que pediam mais tempo para ler o relatório aprovado às pressas pela CAF. O pedido de reanálise foi negado.

O projeto, conforme o relatório da CAF, foi aprovado em todas as comissões permanentes, como a de Economia, Orçamento e Finanças (COF); Educação, Saúde e Cultura (CESC); e a Comissão de Desenvolvimento Econômico

Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo (CDESCIMAT).

"Nos preocupa uma série de perdas de prerrogativas desta Casa, dando poderes à Seduh, tornando-a uma supersecretaria. Com esse projeto, poderão, por meio de decretos, desalietar áreas, parcelar terras, definir uso e ocupação, sem a necessidade de estudos de impacto e sem a consulta aos deputados. Entendemos que não se trata de um plano de preservação do conjunto urbanístico de Brasília, mas sim de um plano de 'negócios'", criticou Gabriel Magno (PT).

## Deliberação

Insatisfeita com a condução do projeto, a oposição requisitou

que as emendas acrescidas no relatório da CAF fossem destacadas para deliberação uma a uma na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O líder do governo, Róberio Negreiros (PSD), propôs que parte das proposições fossem votadas em bloco para agilizar a votação. A maioria governista seguiu o entendimento de Negreiros.

Entre as emendas destacadas e analisadas separadamente, estava a de número 174, de autoria do deputado Thiago Manzoni (PL), que propunha impedir que 16 prédios nos Setores Hoteleiros Sul e Norte aumentassem dos atuais três para 12 andares. A emenda gerou má repercussão dentro do próprio governo, levando Manzoni a retirá-la.

Contudo, Manzoni voltou atrás na manhã de ontem e protocolou a mesma redação em uma emenda modificativa. Na votação na CCI, o parlamentar optou por se abster de sua própria proposta, enquanto a base governista foi contrária e a oposição, favorável. Sob protestos e acusações de "conchavão" e "tratado", pessoas na galeria da Casa repudiaram o projeto.

O projeto foi aprovado na CCI e encaminhado para votação em primeiro e segundo turno, recebeu 18 votos favoráveis e 6 contrários. A oposição solicitou que a redação final do texto fosse adiada, argumentando que os distritais desconheciam a versão final do PPCUB. O pedido foi negado, e a medida seguirá para sanção do governador Ibaneis.